

Espelho das Questões Discursivas TJPE – Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco

Cargo Juiz Substituto

Questão 01	
Gabarito 1	Itens = 8
A interpretação conforme a Constituição indica a atividade desenvolvida pelo intérprete que, entre dois ou mais significados passíveis de serem atribuídos ao texto normativo, individualiza aquele que se mostre compatível com a ordem constitucional e, se houver mais de um significado que se mostre compatível, aquele que contribua para atribuir maior eficácia à Constituição.	0.00 0.10 0.20 0.30
O intérprete identifica o significado a ser atribuído às normas constitucionais a serem utilizadas para fins de cotejo e o significado que deve ser atribuído ao texto normativo interpretado.	0.00 0.10 0.20
Ao escolher, entre os significados passíveis de serem atribuídos ao texto, aquele que se mostra compatível com a Constituição, o intérprete também realiza a exclusão dos demais.	0.00 0.10 0.20
A interpretação conforme a Constituição se aproxima da inconstitucionalidade parcial sem redução de texto, em que, no âmbito do controle de constitucionalidade, se reconhece que um dado significado não pode ser atribuído ao texto normativo.	0.00 0.10 0.20
A distinção entre a interpretação conforme a Constituição e a inconstitucionalidade parcial sem redução de texto é que, no primeiro caso, é expressamente indicado o sentido a ser atribuído ao texto normativo, enquanto, no segundo, é expressamente excluído algum significado em particular.	0.00 0.10 0.20
A interpretação conforme a Constituição é uma forma utilizada para preservar a higidez do texto normativo e controlar a constitucionalidade dos significados que se oferecem ao intérprete.	0.00 0.10 0.20
A interpretação conforme a Constituição indica um limite de atuação para o Poder Legislativo, que deve exercer sua atividade legislativa em harmonia com a ordem constitucional, fundamento de validade da produção normativa, e para qualquer um que deve interpretar e aplicar padrões normativos, com destaque para o Poder Judiciário.	0.00 0.10 0.20 0.30
A clássica concepção de mens legislatoris, ao associar o significado da norma à vontade do legislador, minimiza a atividade argumentativa e decisória do intérprete, o qual, em vez de identificar os significados passíveis de serem atribuídos ao texto normativo, deve identificar o único significado almejado pelo legislador. Se o intérprete deve apenas identificar um significado preexistente, não se lhe abre a possibilidade de tomar as decisões próprias da interpretação conforme a Constituição.	0.00 0.10 0.20 0.30 0.40
Nota da Questão 01 - Gabarito 1	2

Espelho das Questões Discursivas TJPE – Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco

Cargo Juiz Substituto

Questão 02	
Gabarito 1	Itens = 3
Não houve decadência, já que o direito foi exercido dentro do prazo legal aplicável de trinta dias, por se tratar a moto de bem móvel, conforme o Art. 445, caput, do Código Civil.	0.00
	0.20
	0.30
	0.40
	0.50
	0.60
Tampouco falta requisito legal, pois o defeito era preexistente (ou já existente ao tempo da tradição), já que fundado na falta de substituição da peça (ou manutenção) seis meses antes, ainda que somente tenha se manifestado (ou somente tenha a coisa perecido) depois, conforme Art. 444 do Código Civil.	0.00
	0.20
	0.30
	0.40
	0.50
	0.60
Cabível somente a pretensão restitutória, pois a pretensão indenizatória dependeria de prova de má-fé de André, conforme Art. 443 do Código Civil.	0.00
	0.20
	0.30
	0.40
	0.50
	0.60
Nota da Questão 02 - Gabarito 1	2

Espelho das Questões Discursivas TJPE – Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco

Cargo Juiz Substituto

Questão 03	
Gabarito 1	Itens = 4
a- A APA Delta poderia ter sido criada por decreto do Prefeito, uma vez que a unidade de conservação pode ser criada por qualquer ato do poder público, inclusive decreto. No entanto, é ilegal a redução dos limites da APA Delta mediante novo decreto, pois a desafetação ou redução dos limites de uma unidade de conservação só pode ser feita mediante lei específica (Art. 225, §1º, III, da Constituição da República ou Art. 22, §7º da Lei 9.985/2000).	0.00 0.05 0.10 0.15 0.20
b- De acordo com o Superior Tribunal de Justiça, o direito de acesso à informação no Direito Ambiental brasileiro compreende: b.1) transparência ativa: dever de publicação, na internet, dos documentos ambientais detidos pela Administração não sujeitos a sigilo; b.2) transparência passiva: direito de qualquer pessoa e entidade de requerer acesso a informações ambientais específicas não publicadas; b.3) transparência reativa: direito a requerer a produção de informação ambiental não disponível para a Administração.	0.00 0.05 0.10 0.15 0.20 0.25 0.30
b- A base legal que assegura o direito de informação ambiental está prevista no Art. 2º, da lei nº 10.650/2003, Art. 8º, § 2º da Lei nº 12.527/2011 (LAI) e Art. 9º, XI da lei nº 6.938/1981 (Política Nacional do Meio Ambiente - PNMA). (A citação a um dos dispositivos legais já garante ao candidato a pontuação 0,10).	0.00 0.10
b- O Estado de Direito Ambiental, também dito Estado Ecológico de Direito ou Estado Socioambiental de Direito (Environmental Rule of Law) brasileiro contempla as medidas de transparência ambiental citadas e presume a obrigação do Estado de atender a tal transparência. Assim, o pedido (ii) do Ministério Público deve ser julgado procedente, pois o descumprimento da transparência ativa deveria ser justificado por razões administrativas adequadas para a opção de não publicar, o que não ocorre no caso em tela. É ônus da Administração justificar o descumprimento da citada transparência, sempre sujeito a controle judicial.	0.00 0.10 0.20 0.30 0.40
Nota da Questão 03 - Gabarito 1	1

Espelho das Questões Discursivas TJPE – Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco

Cargo Juiz Substituto

Questão 04	
Gabarito 1	Itens = 4
Conceito de decadência tributária: A decadência tributária é a perda ou extinção do direito de a Fazenda Pública constituir o crédito tributário pelo lançamento, segundo o Art. 173, caput, CTN OU Art. 156, V, CTN.	0.00 0.20 0.25
a) quando, por ausência total de declaração e respectiva falta de pagamento, não haja o que homologar, conta-se o prazo decadencial a partir do primeiro dia do exercício seguinte ao do vencimento do tributo, cf. Art. 173, I, do CTN, sendo o crédito constituído por um lançamento de ofício;	0.00 0.10 0.15 0.20 0.25
b) quando houver declaração parcial do tributo devido com respectivo pagamento parcial, aplica-se o Art. 150, §4º, do CTN, e a contagem do prazo decadencial para o lançamento suplementar (de ofício) da parte não declarada e não paga inicia-se na data do fato gerador.	0.00 0.10 0.15 0.20 0.25
c) quando foi apresentada declaração correta, mas sem o respectivo pagamento, reputa-se já constituído definitivamente o crédito a partir da data da entrega da declaração.	0.00 0.25
Nota da Questão 04 - Gabarito 1	1

Espelho das Questões Discursivas TJPE – Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco

Cargo Juiz Substituto

Questão 05	
Gabarito 1	Itens = 5
Reconhecer a prática de crime de homicídio doloso qualificado praticado por João, previsto no art. 121, § 2º, IV, do Código Penal.	0.00 0.05 0.10 0.15
Reconhecer a prática de crime de homicídio culposo praticado por Ricardo, previsto no art. 121, § 3º, do Código Penal, dissertando sobre os elementos da culpa, com ênfase na negligência da conduta de Ricardo ao ter ido caçar e agido sem os óculos; OU Apontar a inexistência de crime, dissertando sobre os elementos da culpa, excluindo a negligência de Ricardo por não ter atirado ao reconhecer que não enxergava adequadamente;	0.00 0.20
Elencar os requisitos para a configuração do concurso de pessoas: pluralidade de agentes e de condutas; relevância causal de cada conduta para a produção do resultado; liame subjetivo; e identidade de infração penal.	0.00 0.05 0.10 0.15 0.20
Identificar a inexistência de concurso de pessoas, ante a ausência de vínculo subjetivo entre João e Ricardo, a impossibilidade de ocorrência de participação culposa em crime doloso, bem como inexistência de identidade de infração penal.	0.00 0.10 0.15 0.20 0.25 0.35
Caracterizar a situação como hipótese de autoria colateral OU Identificar o princípio da confiança para afastar a culpa de RICARDO ou a causalidade;	0.00 0.10
Nota da Questão 05 - Gabarito 1	1

Espelho das Questões Discursivas TJPE – Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco

Cargo Juiz Substituto

Questão 06	
Gabarito 1	Itens = 5
Abordagem sobre o poder geral de cautela do Juiz.	0.00 0.10 0.20
Abordagem sobre a possibilidade de decretação de prisão temporária em Procedimento de Investigação Criminal (e não inquérito).	0.00 0.10 0.20
Abordagem sobre a possibilidade de decretação de prisão temporária em crime de constituir organização criminosa.	0.00 0.10 0.20
Abordagem sobre os limites objetivos da coisa julgada relativamente ao crime associativo.	0.00 0.10 0.20
Abordagem sobre os limites temporais da associação criminosa e ao fato de o agente ter se associado a outras pessoas e para a prática de outros crimes.	0.00 0.10 0.20
Nota da Questão 06 - Gabarito 1	1

Espelho das Questões Discursivas TJPE – Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco

Cargo Juiz Substituto

Questão 07	
Gabarito 1	Itens = 10
Concessão de Tutela de Evidência (Art. 311, II).	0.00 0.10
Julgamento de Improcedência Liminar do Pedido (Art. 332, II e III).	0.00 0.10
Dispensa de Reexame Necessário (Art. 496, §4º, II e III).	0.00 0.10
Dispensa de caução para cumprimento provisório de sentença com levantamento de valores, transferência de posse ou alienação de propriedade ou outro direito real (Art. 521, IV).	0.00 0.10
Decisão Monocrática de Mérito Recursal pelo Relator (Art. 932, IV, b, c, V, b, c).	0.00 0.10
Decisão Monocrática do Relator no Conflito de Competência (Art. 955, parágrafo único, I e II).	0.00 0.10
Dever de fundamentação da decisão judicial (Art. 489, §1º, V e VI).	0.00 0.10
Cabimento de ação rescisória (Art. 966, §5º).	0.00 0.10
Cabimento de reclamação (Art. 988, III e IV).	0.00 0.10
Presunção de repercussão geral de questão constitucional para interposição de Recurso Extraordinário (Art. 987, §1º).	0.00 0.10
Nota da Questão 07 - Gabarito 1	1

Espelho das Questões Discursivas TJPE – Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco

Cargo Juiz Substituto

Questão 08	
Gabarito 1	Itens = 3
O fato de Carlos ser vitaliciado e Teresa vitalicianda não faz diferença quanto à aplicação da Resolução CNJ nº 305, isto é, ela se aplica igualmente a ambos.	0.0 0.10 0.20
A publicação de Carlos se caracteriza como misoginia, o que é vedado pelo inciso III do artigo 4º da Resolução CNJ nº 305. Por isso não é aceitável.	0.0 0.10 0.20 0.30 0.40
A postagem de Teresa, embora seja de um tema pendente de julgamento, é aceitável, pois o artigo caracteriza atividade típica do exercício do magistério, o que está ressalvado no inciso I do artigo 4º da Resolução CNJ nº 305.	0.0 0.10 0.20 0.30 0.40
Nota da Questão 08 - Gabarito 1	1